

# Editorial

É extremamente oportuna a convocação da sociedade para discutir e decidir os rumos que deseja para o sistema universitário brasileiro, em particular para a universidade pública. Certamente, os frutos a serem colhidos em futuro próximo, dependerão do que se decidir hoje, ou seja da mobilização, da participação, do entusiasmo, da motivação, do comprometimento e da responsabilidade dos diversos segmentos sociais para com a educação brasileira. Da capacidade da nação de fazer gestões junto ao Congresso Nacional para que os interesses maiores do país sobrepujem os interesses de corporações, particularmente, daquelas que têm como objetivo maior a alta lucratividade com a mercantilização da educação, resguardadas as instituições confessionais e comunitárias. Não se pode perder de vista que muito embora o Estado seja o administrador dos recursos públicos, seu mantenedor é a nação brasileira.

A última Reforma Universitária desencadeada a partir de 1968, promoveu profunda reformulação estrutural do ensino superior brasileiro, face à implementação do sistema de créditos, da semestralização, da criação de departamentos e colegiados, da institucionalização da pesquisa e da pós-graduação e da extinção da cátedra, entre outros elementos de igual relevância. Defendida por importantes pensadores da educação e duramente criticada por outras tantas figuras de reconhecido prestígio internacional, o modelo educacional adotado no Brasil, originalmente influenciado pela academia francesa, atravessou estes 37 anos marcado pela identificação com os valores do sistema universitário norte-americano, que tem nas leis de mercado seu referencial maior. Esta opção inviabilizou a possibilidade de se conceber e implementar um modelo genuinamente brasileiro, que tivesse em consideração os verdadeiros interesses nacionais e preservasse os valores regionais.

Se é um profundo equívoco a Universidade se isolar, enclausurando-se no mundo da ciência e da tecnologia, equívoco de igual intensidade é considerar as leis de mercado como sendo a palavra final. De acordo com o Prof. Ildeu Moreira Coelho, "embora não possa simplesmente virar as costas para o mercado, a formação universitária se constitui, não na esfera da universidade, mas da liberdade, da teoria, da livre busca da verdade, do saber que não se deixa reduzir à utilidade, à aplicação prática, ao imediato, exigindo a abertura a outras dimensões da existência humana. Entre a universidade e a empresa, há diferenças fundamentais que não se reduzem à decantada, e nem sempre verdadeira, maior agilidade, eficiência e competência de uma em relação à outra. A universidade, porém, cuja identidade e objetivos são diferentes, não pode se espelhar na empresa. Sua questão é outra e seus cursos não podem estar atrelados a fins meramente pragmáticos e utilitários, a realidades particulares específicas de um determinado grupo social, nem ter como objetivo único ou principal o atendimento do mercado, de outros interesses e necessidades".

Ora em discussão, o Sistema de Educação Superior a ser apresentado pelo Governo Federal ao Congresso Nacional no formato de Lei Orgânica, propõe quatro eixos: 1. refinanciamento; 2. autonomia; 3. expansão das universidades federais; 4. qualidade e regulamentação das instituições públicas e privadas de ensino superior. No entender do Exmo. Sr. Ministro de Educação Tarso Genro, "a autonomia proposta, em consonância com o disposto na Constituição propiciará uma revolução na gestão por orçamento global, com repasses regulares estáveis. Uma universidade, a partir da implantação da reforma, será, inequivocamente, um local onde se praticará, de forma indissociável, ensino de qualidade atestada e pesquisa de alto nível por meio de formação de recursos humanos qualificados em cursos de mestrado e doutorado credenciados e programas de extensão institucionalizados com forte impacto no desenvolvimento econômico, social e cultural", ainda de acordo com o Sr. Ministro.

O desenrolar do debate acerca do modelo proposto tem motivado inúmeras reflexões que merecem ser consideradas. Os Professores José Goldemberg e Eunice Durham, por exemplo, destacam a necessidade de se observar que "o projeto todo dá pouquíssima atenção à questão da pesquisa", assim como à pós-graduação. Afirmam que "no mundo moderno, com a importância crescente do conhecimento científico como elemento essencial para o desenvolvimento econômico e social, as universidades se constituem como instituições importantíssimas e mesmo indispensáveis para a geração de conhecimento inovador pela manutenção de equipes de pesquisa estáveis e pelo processo de formação de novos pesquisadores", constituindo-se na "responsabilidade social fundamental das universidades", merecedora, portanto, da "atenção central do legislador".

Ardente defensora da universidade pública no sentido mais rigoroso desta expressão, a Professora Marilena Chauí discorrendo sobre o tema "Autonomia e inovação" pondera que: "A contrapartida à universidade 'antiquada' foi a invenção da 'modernidade' das agências de fomento e a promoção deliberada de seu poder desmedido, visto que passaram a ser tidas como capazes de criar e subvencionar 'centros de excelência', promover o 'alto nível' intelectual, garantir a produtividade teórica, etc. São, portanto, as agências, em última instância, que decidem quem faz e quem não faz pesquisa no Brasil, e não as universidades. São elas também que decidem quanto ao tempo intelectualmente necessário para a pesquisa, uma vez que, embora a universidade considere que um mestrado possa (e talvez deva) ser feito em três anos e meio e um doutorado em cinco, as agências definem dois e três anos, respectivamente". A Professora conclui seu pensamento, afirmando que "o sucateamento da universidade pública não decorreu de sua ineficiência e improdutividade". Foi a "imagem neoliberal da eficiência e da produtividade que rebaixou a universidade e elevou as agências".

Contraopondo-se à Professora Marilena Chauí, o Professor Isaias Raw registra que "nunca as agências de financiamento ultrapassaram a rigorosa análise de pares nem impõem linhas de pesquisa." Considera que "os poderes quaisquer que sejam, não devem intervir" e que os "recursos cartorialmente distribuídos não criam competência nem originalidade."

Paralelamente às discussões sobre a Reforma Universitária, o Governo Federal lançou o PROUNI. Implementado através de medida provisória e justificado com estratégia política de combate à exclusão social, o "Programa Universidade para Todos" se propõe a trocar isenções tributárias por vagas nas instituições de ensino superior privadas para estudantes carentes. Dentre as críticas atribuídas ao PROUNI, destaca-se o seguinte pronunciamento registrado pelo deputado federal do partido governista, Ivan Valente, secundado pelo Professor Otaviano Helene, ex-presidente do INEP: "Os benefícios fiscais dados às IES privadas retiram recursos preciosos do setor público. A renúncia tributária em favor de Instituições de Ensino Superior privadas retiram recursos preciosos do setor público. A renúncia tributária em favor de Instituições de Ensino Superior privadas alcançou, em 2003, cerca de R\$ 870 milhões; somada à renúncia previdenciária, aos débitos previdenciários até maio de 2004 e aos gastos do sistema financeiro estudantil (Fies), chega-se à cifra de R\$ 2,4 bilhões. Já no custeio das 54 universidades federais, o governo aplicou R\$ 695 milhões. Para quem acha que as Instituições de Ensino Superior privadas podem quebrar ou reduzir a concessão de bolsas, vale lembrar que o faturamento do conjunto delas (com ou sem fins lucrativos) triplicou desde 1997 e alcançou R\$ 10,5 bilhões em 2002. Por fim concluem: "É hora de recuperar o tempo perdido e fortalecer e expandir o ensino superior público: ele é melhor, custa menos e é mais qualificado".

O Sistema de Educação Superior regulamentado na LDB instituiu as figuras jurídicas: Faculdades Isoladas e Integradas, Centros Universitários e Universidades. Ao estabelecer atribuições distintas para cada uma destas categorias, o legislador assegurou a convivência harmônica e a possibilidade de migração das instituições de uma categoria para outra, com base em resultados obtidos a partir de procedimentos de regulação compulsória, através de avaliações internas e externas. No caso particular da universidade, deve-se ter como foco que "os cursos e os currículos devem constituir-se

em espaços privilegiados da produção, conservação e transmissão do saber, do exercício, da reflexão, do debate e da crítica, nos quais imperem mais questões do que respostas, mais dúvida do que a conclusão acabada, e a livre busca seja sempre uma exigência, uma paixão, um prazer", conforme registra o Professor Ildeu Moreira Coelho. Este educador sustenta com propriedade, que "a difusão do saber na universidade se dá de forma especial no ensino, sendo que a pesquisa e ele intrinsecamente se ligam de uma forma ou de outra, bem como este a aquela. Essa vinculação estreita com a pesquisa é que produz o ensino como universitário. Sendo inseparável do ensino e da pesquisa, a própria prestação de serviços não pode se dar à sua revelia, sob pena da universidade confundir-se com os órgãos do Estado encarregados da assistência ao cidadão e da solução imediata de seus problemas."

Há que se registrar que é através do ensino de graduação que a universidade se comunica diretamente com a sociedade. De acordo com a Professora Maria Aparecida da Silva, um dos grandes desafios da universidade pública é formar sujeitos que transformem seu discurso por um mundo melhor em atitudes éticas, coletivas e individuais, contraditoriamente, num mundo que tem globalizado principalmente, o individualismo e a miséria. O acesso dos alunos da escola pública ao ensino superior público não deve se dar através da caridade, mas da ampliação de possibilidades e reconhecimento do potencial intelectual e conhecimento da realidade que possuem.

A demanda crescente de atribuições pelas IFES, impõe a adoção de medidas que assegurem a qualidade do trabalho acadêmico, em particular do ensino de graduação. Para tanto, é de fundamental importância a assimilação dos resultados de processos de avaliação institucionalizados, como estratégia de política acadêmica transformadora. Seguramente, a interpretação de dados colhidos periodicamente, associada às informações fornecidas pelas Avaliações das Condições de Ensino, pela Avaliação Institucional, pelo ENADE e pelos dados censitários disponíveis no banco de dados do INEP, constituir-se-ão em valiosos elementos reguladores do ensino de graduação, uma vez que cabe à CAPES a avaliação da pós-graduação stricto sensu. O envolvimento do corpo docente constituído por professores experientes, detentores de titulação adequada, é um elemento essencial para o êxito da política de qualidade acadêmica das atividades fins da universidade. O aprimoramento deste perfil transforma o professor no educador tão requisitado nos dias atuais pela juventude que ingressa na universidade.

Ao tratar deste tema, o psicanalista e professor emérito da UNICAMP, Rubem Alves, instiga o leitor com a seguinte provocação: "Educadores, onde estarão? Em que covas terão se escondido? Professores há milhares. Mas professor, não é algo que se define por amor. Educador, ao contrário, não é profissão; é vocação. E toda vocação nasce de um grande amor, de uma grande esperança". A seguir conclui: "Docência é ensinar a pensar. Quem sabe pensar tem mais chances de sobreviver e de ter prazer. Contribui para a qualidade de vida dos indivíduos e do país".

A plena compreensão do caráter indissociável da tríade ensino, pesquisa e extensão, encontre-se nas reflexões do Professor Paulo Lima, ex-Pró-Reitor de Extensão da Universidade Federal da Bahia: "O que aconteceria, por exemplo, se todos os estudantes de universidades públicas brasileiras passassem pelo menos um semestre ocupados em desenvolver trabalhos em parceria com grupos da sociedade, buscando a produção compartilhada de conhecimento e sua utilização como ferramenta de transformação, ou investindo no intercâmbio de conhecimentos e experiências, tudo isso a partir de propostas cuidadosamente desenhadas para que apresentassem relevância acadêmica e social, pensando numa relação duradoura e com enfoque pós-iluminista?". O próprio Professor ao concluir suas reflexões, oferece uma alternativa de solução à questão inicialmente formulada: "A implementação de uma proposta de atividade curricular em comunidade implicaria de imediato a ignição de uma verdadeira oficina de novos formatos acadêmicos e, no médio prazo, a obrigatoriedade de um planejamento estratégico de cada curso superior na direção das prioridades sociais brasileiras, além de

uma saudável imersão dos estudantes das respectivas realidades de suas futuras áreas de atuação". Este paradigma que o poderia ser assimilado como mais uma utopia, é uma realidade na Universidade Federal da Bahia, materializado que foi, na institucionalização do Programa Atividades Curriculares em Comunidade - ACC.

Por fim, nos dias atuais, assumir a condução dos destinos de uma Instituição de Ensino integrante do Sistema de Educação Superior mantido pela União é um dever de todos. Isto significa acreditar na possibilidade concreta de poder contribuir com o processo de resgate e reconstrução de uma universidade pública de qualidade, voltada para o desenvolvimento científico e tecnológico, acolhedora das mais expressivas manifestações culturais, comprometida com a inclusão social e defensora dos legítimos interesses da coletividade. Significa ter absoluta convicção que "uma formação básica não se define pela quantidade de conhecimentos, pelo domínio de informações sobre quase tudo, mas pelo desenvolvimento da capacidade de pensar, compreender e recriar a natureza e a sociedade", (Ildeu Moreira Coelho). Necessário se impõe contribuir para que a universidade pública cumpra sua missão com competência e responsabilidade; exercite sua vocação, reconstruindo cotidianamente, de forma inovadora o ensino de graduação e pós-graduação, a pesquisa, a extensão e a prestação dos serviços tão almejados pela sociedade. É desta forma que esta instituição se faz merecedora da confiança reafirmada a cada dia pela nação, que numa demonstração incontestável, lhe credita a nobre tarefa de formar, academicamente e profissionalmente, os cidadãos que constituem as gerações que se sucedem.

Maria Thereza Barral Araújo  
Professora Adjunto de Bioquímica  
Diretora do Instituto de Ciências da Saúde - UFBA